

Sumário

Prefácio	1
1. Introdução	5
2. Direitos Fundamentais Transindividuais no Constitucionalismo Contemporâneo	11
2.1. “Interesses transindividuais” e “direitos fundamentais transindividuais”: breve exame do aspecto terminológico	11
2.2. Direitos fundamentais transindividuais: proteção constitucional, natureza jurídica e dimensão objetiva	25
2.3. Constitucionalismo brasileiro tardio como obstáculo à proteção dos direitos fundamentais transindividuais	40
3. Contextualizando a Fraternidade no Direito	47
3.1. A (re) inserção da fraternidade no direito	47
3.2. O conteúdo jurídico da fraternidade	60
3.4. Dignidade humana como elemento estruturador da fraternidade	68
3.5. O lugar constitucional da fraternidade	75
4. Fraternidade e Solidariedade: Delimitação Semântica e Aplicação na Jurisprudência Brasileira	91
4.1. Construção epistemológica da dimensão jurídica da solidariedade	91
4.3. Distinções semânticas e relações possíveis entre fraternidade e solidariedade	100
4.3. Fraternidade e solidariedade na jurisprudência brasileira	115
5. Fraternidade e Responsabilidade: o Reconhecimento do Dever de Proteção aos Direitos Fundamentais Transindividuais	125
5.1. O princípio responsabilidade na sociedade fraterna	125
5.2. Por uma mentalidade responsável: o reconhecimento dos deveres individuais e coletivos	129

5.3. Deveres fundamentais na dogmática constitucional: dever de proteção aos direitos fundamentais transindividuais	144
6. Proteção de Direitos Fundamentais Transindividuais a partir do Princípio da Fraternidade	157
6.1. Processo de conscientização para aplicação da fraternidade: uma mudança cultural	157
6.2. Princípio da fraternidade como condição para máxima efetividade dos direitos fundamentais transindividuais	163
7. Considerações Finais	171
8. Referências Bibliográficas	179
Anexo A – Constituições que fazem referência expressa à fraternidade	209